REQUERIMENTO Nº , de 2020

(Das Sras. BRUNA FURLAN e LUÍSA CANZIANI)

Requer seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Economia a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Anteprojeto de Lei em anexo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Economia, o presente pedido de informações, visando à obtenção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, acompanhada da memória e das premissas e metodologia de cálculo utilizadas (conforme exigido pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT), em decorrência da aprovação de Anteprojeto de Lei de minha autoria e da Deputada Bruna Furlan, cuja cópia encontra-se em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Encontra-se em anexo Anteprojeto de Lei, de minha autoria, que tenciona permitir às empresas deduzir do imposto de renda devido parte dos gastos efetuados durante o ano de 2020 com estudos e demais projetos relativos ao COVID-19, realizados em parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o desenvolvimento de projetos relativos ao COVID-19.

A iniciativa, se aprovada, acarretará aumento de renúncia de receita tributária da União, e, como tal, sua tramitação deve submeter-se ao comando constitucional contido no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguir transcrito:

"Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro."

Assim, a fim de dar cumprimento à exigência contida na legislação supracitada e possibilitar a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, mostra-se

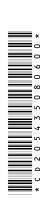


imprescindível o encaminhamento da presente solicitação ao Senhor Ministro de Estado da Economia.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2020.

Deputada Bruna Furlan

Deputada Luísa Canziani



Documento eletrônico assinado por Luisa Canziani (PTB/PR), através do ponto SDR_56454, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

PROJETO DE LEI Nº , de 2020

(Das Sras. LUÍSA CANZIANI e BRUNA FURLAN)

Estabelece incentivo fiscal em favor das empresas que firmarem parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o de projetos relativos ao COVID-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece incentivo fiscal em favor das pessoas jurídicas que, na forma do regulamento, concorram para o desenvolvimento de estudos e demais projetos relativos ao Coronavírus - COVID-19, mediante parceria com universidades públicas, institutos federais de ensino superior públicos e demais institutos de ensino superior ou de pesquisa brasileiros:

I – constituídos na forma de pessoa jurídica de direito público ou de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e que sejam participantes do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005;

- Art. 2º Os projetos referidos no art. 1º terão como objeto:
- I vacinas e remédios para o tratamento, inclusive psicológico, dos contaminados e seus familiares;
- II equipamentos de proteção individual para os profissionais da Saúde e para a população;
 - III métodos e produtos para a desinfecção de ambientes;
 - IV impactos da crise:
 - a) na saúde psicológica da população;
 - b) na sociabilidade e nas relações de solidariedade;
 - c) na mobilidade urbana;
 - d) na organização do trabalho; ou

Art. 3º As pessoas jurídicas que apurem o imposto sobre a renda com base no lucro real poderão deduzir, do imposto devido em cada período de apuração, valor equivalente à aplicação da sua alíquota, excluído o adicional, sobre a soma dos recursos destinados até 31 de dezembro de 2020 às entidades referidas no art. 1º para a realização dos estudos e demais projetos de que trata o art. 2º.

- § 1º A redução do imposto prevista no *caput*:
- $I-\acute{e}$ condicionada ao registro do instrumento contratual da parceria referida no art. 1º junto ao órgão competente do Poder Executivo; e
- II-não exclui outros benefícios, abatimentos e deduções admitidos pela legislação em vigor.
- § 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se destinação de recursos, o fornecimento de bens ou de serviços, a título gratuito ou oneroso, nos termos do contrato referido no inciso I do § 1º, sob a forma de:
- I transferência de quantias em dinheiro ou de bens tangíveis,
 inclusive insumos, alimentação ou materiais de consumo;
 - II comodato ou cessão de uso de bens imóveis ou equipamentos; e
- III realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos nos bens móveis, imóveis e equipamentos, inclusive os referidos no inciso II.
- § 3° Os bens ou serviços de que trata o § 2° serão apurados por seu valor contábil.
- § 4º O incentivo fiscal de que trata o "caput" também se aplica às doações de propósito específico feitas pelas pessoas jurídicas, para as finalidades previstas nesta Lei, a organizações gestoras de fundo patrimonial, instituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que apoiem as instituições referidas neste artigo.
 - Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Neste momento de grave crise que ameaça a saúde dos brasileiros e as condições básicas para sua subsistência, a sociedade deve dedicar todos os esforços a combater o Coronavírus e a contribuir para mitigar a crise e seus impactos na vida das pessoas.

Para tanto, é fundamental convocar a inteligência brasileira, os pesquisadores e cientistas, para que estejam à frente das iniciativas que vão fundamentar as políticas públicas de combate à crise.

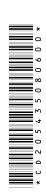
É importante, outrossim, viabilizar a obtenção dos meios materiais necessários à realização das pesquisas nos vários campos do conhecimento. Nesse sentido, a parceria com setor privado é indispensável.

Por essas razões, apresentamos este Projeto de Lei, que permite às empresas deduzir do imposto de renda devido parte dos gastos efetuados durante o ano de 2020 com estudos e demais projetos relativos ao COVID-19, realizados em parceria com universidades e instituições de ensino ou de pesquisa.

Com efeito, para atrair a participação das empresas, nos parece que a melhor alternativa é a concessão de incentivos fiscais, plenamente justificáveis diante da urgência e do desafio que foi imposto à sociedade brasileira.

Considerando os gastos tributários projetados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária - PLDO para 2021, estima-se a renúncia de receita da ordem de R\$ 63.191.041,00, sendo a dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% um e meio por centro) do lucro operacional efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

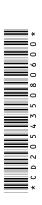
Ademais, estimando os valores de recursos próprio e doações e convênios do ano de 2019, as instituições de ensino superior fizeram investimentos da ordem de R\$ 105.500.516,00.



Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputada LUISA CANZIANI

Deputada BRUNA FURLAN



Requerimento (Do Sr. Luisa Canziani)

Estabelece incentivo fiscal em favor das empresas que firmarem parceria com universidades e institutos de ensino superior ou de pesquisa, para o de projetos relativos ao COVID-19.

Assinaram eletronicamente o documento CD205435080600, nesta ordem:

- 1 Dep. Luisa Canziani (PTB/PR)
- 2 Dep. Bruna Furlan (PSDB/SP)